

## Teoria de Turim: sobre o sujeito da Escola<sup>1</sup>

*Jacques-Alain Miller*

Entendo que farei no curso desta intervenção três coisas: contribuir para a reflexão da *Scuola* sobre o tema de nosso primeiro "Congresso científico"; propor o tema do segundo Congresso, que decidimos ontem à tarde, e que terá lugar no próximo ano em Roma; e finalmente, fazer avançar o movimento da Escola em formação para sua criação - sua criação pela AMP.

Essas três tarefas parecem muito diferentes. Em absoluto, não o são. Um mesmo e único movimento as percorre e se distribui entre elas. Uma Escola em formação é uma unidade dinâmica; todas as ações contribuem para o progresso do processo coletivo que conduz à sua criação; o próprio Congresso é um momento desse processo.

A fundação efetiva de uma Escola lacanianana na Itália não é um assunto burocrático destinado a se regulamentar por um pequeno número de pessoas reunidas em separado, um conciliábulo de chefes. Entra em um processo de formação cujo conceito mesmo comporta que se desenvolva a "céu aberto", porque deve ser subjetivado por uma comunidade que não pode se constituir a não ser no próprio movimento dessa subjetivação.

A Escola não advém só ao final do processo. A Escola advém, ao final, sob a forma objetivada de um novo sujeito de direito, uma associação sem fins lucrativos regulamentada por seus estatutos e pelo Código civil. Porém a Escola advém muito antes, e prossegue muito depois, sob outras formas. Advém ao longo do processo de sua fundação sob a forma de "Atas de Escola", e sua criação efetiva como comunidade

prossegue muito além da sua fundação legal.

A *Scuola italiana* não existe ainda do ponto de vista legal. Do ponto de vista subjetivo já existe e nós nos reunimos sob seu significante. Qual é o estatuto da Escola antes que seja um sujeito de direito? Está tomada em um desejo, advém sob a forma de desejo antes de advir sob a forma de sujeito de direito. É isto o que se tem que circunscrever. Não existe somente sob a forma de um desejo vago ou abstrato, existe já sob a forma de acontecimentos de Escola, isto é, Conversações, Assembleias, Congressos como este, publicações, a criação de múltiplas entidades de transmissão e pesquisa, a nova articulação dada a entidades existentes. Há também atos de Escola, o mais importante deles é o de escandir o tempo lógico da comunidade em devir.

Para escandir o tempo lógico da Escola, convém localizar em cada momento sua posição exata, no processo de sua formação, com relação às coordenadas fundamentais que a determinam. Isto parece abstrato, mas não o é de modo algum.

Fizemos isso ontem à tarde na Conversação e no curso da Assembleia. É também o que vou dar prosseguimento agora.

Comunicarei hoje uma teoria da Escola. Ainda não a havia exposto. Tive ontem o instante do olhar, o momento de concluir se produziu esta manhã ao despertar, e faz uma hora que terminei a primeira redação dessas notas, antes de ir à exposição sobre a Condessa de Castiglione. Se o sonho da noite suportar a prova de lhes ser exposto, publicarei esta minha exposição como minha "Teoria de Turim" - minha "Teoria de Turim sobre o sujeito da Escola".

Saber onde está a Escola, localizar sua posição, não se deduz de uma prática contemplativa, não consiste em observar feitos objetivos. De fato, o saber de que falo se comunica à comunidade da Escola em formação e desse modo, portanto, contribui à própria constituição dessa comunidade que toma, assim, a forma de uma entidade legal. A comunicação desse saber, como a produção de Atas de Escola, tem como efeito

modificar o sujeito em vias de realização. Esta propriedade permite qualificá-la de interpretação. A vida de uma Escola deve se interpretar. É interpretável. Interpretável analiticamente. Esta é a tese que quero defender. Isto tem sido pouco compreendido até agora.

Digo isso de modo um pouco malvado (*risos*). Não estou aborrecido com ninguém, a não ser comigo mesmo. Isto foi pouco compreendido primeiramente por mim mesmo. Tenho dado voltas em torno desta tese, agora a proponho.

Foi pouco compreendido o que é uma "lógica coletiva", termo de Lacan que, há alguns anos, Eric Laurent foi o primeiro a voltar a por em circulação em nosso uso. Sem dúvida, o que nos diz Freud em seu escrito da "*Massenpsychologie*"? Lacan, que queria traduzir o título como "Psicologia dos grupos e análise do eu", resume o conteúdo em uma frase: "O coletivo não é nada - o coletivo não é nada senão o sujeito do individual". Que quer dizer isto? Que demonstra Freud?

1) A experiência analítica é uma experiência coletiva de dois; a psicanálise não está confinada ao consultório do psicanalista, permite captar a mola da psicologia dos grupos, das formações coletivas.

2) As funções e os fenômenos postos em evidência no plano do coletivo são os mesmos que as funções que se revelam e os fenômenos que se desdobram no tratamento. Nos termos de Freud são a função do eu, a do Ideal do eu, o fenômeno da identificação. Resumo. Indico uma direção.

3) Segue-se daí uma nova definição do coletivo: o coletivo é feito de uma multiplicidade de indivíduos que tomam o mesmo objeto como Ideal do eu. O mesmo Ideal do eu está em posição de denominador comum de vários eu individuais. Freud traça para isto um esquema reproduzido em muitas ocasiões por Lacan em seu seminário.

4) O coletivo, as formações coletivas, os grupos, uma Escola também se analisam como uma multiplicidade de

relações individuais ao Um do Ideal do eu. Do ponto de vista freudiano, o ser coletivo não é mais do que uma relação individual multiplicada.

5) A emergência de fenômenos de massa, tais como os das multidões aos quais se refere Freud a partir de Gustave Le Bon, supõe um número considerável, a reunião de um número considerável de pessoas posicionadas em uma situação idêntica. Porém esta evidência encobre mais do que manifesta a estrutura destes fenômenos, faz desconhecê-la. No plano dos fenômenos de massa se estabelecem disciplinas como tais; do ponto de vista da psicanálise, a estrutura coletiva está constituída no plano da relação do sujeito com o Ideal.

6) Freud procede desse modo a uma análise do coletivo. É uma análise no sentido em que divide o coletivo em uma multiplicidade de relações singulares.

Isto é o freudiano. Isto é lido por Lacan no texto freudiano. O individual não é o subjetivo. O sujeito não é o indivíduo, não está no plano do indivíduo. O individual é um corpo, um eu. O efeito sujeito que se produz aí, que perturba as funções, está articulado ao "Outro", o grande Outro. É o que chamamos o coletivo, ou o social.

Desse modo, no sentido de Lacan, a transferência não é de modo algum, um fenômeno individual. Uma transferência de massa, como vemos todos os dias, é perfeitamente concebível: é uma transferência multiplicada, causada em um grande número de sujeitos pelo mesmo objeto suportado pelo mesmo sujeito suposto saber, que se manifesta por sentimentos negativos tanto como positivos, e que é constitutivo de um grupo.

Se isto, que é o abc, está compreendido, passemos à prática da Escola.

O lugar do Ideal, em um grupo, é um lugar de enunciação. A partir daí se pode conceber, praticar dois modos diferentes de enunciação. Simplifico pelos motivos do caso.

Há um discurso que se emite do lugar do Ideal que consiste em opor "Nós" a "Eles". A diferença entre amigos e inimigos é sustentada por Carl Schmitt, que sabia algo disto, como o próprio fundamento da entidade política. Do lugar do Ideal, todo discurso que se estabelece sobre a oposição amigo/inimigo, que a reforça, intensifica por isto mesmo a alienação subjetiva ao Ideal.

Da posição do Ideal se pode emitir um discurso inverso, que consiste em enunciar interpretações. Interpretar o grupo é dissociá-lo, e remeter cada um dos membros da comunidade à sua solidão, à solidão de sua relação ao Ideal. O primeiro discurso é um discurso massificante que repousa na sugestão, e para dizer a verdade, permanece sempre um *quantum* de sugestão ineliminável. O segundo discurso é interpretativo e desmassificante. É uma análise da sugestão de grupo.

Passemos à prática, eu disse. Vejamos o que diz Lacan no momento de fundar sua Escola em 1964, esta Escola freudiana de Paris da qual procede a nossa, a Escola italiana em formação.

Como Lacan avança como fundador de uma formação coletiva? No momento mesmo em que faz emergir de seu discurso a Escola, a Escola ficção de linguagem, a faz nascer de seu discurso dirigindo-se a ela pela primeira vez, avança, diz, "só como sempre estive em minha relação com a causa analítica".

Dito de outro modo, avança na solidão de um sujeito que tem relação com uma causa para defender e promover. Avança e se apresenta não como um sujeito que se propõe ele mesmo como Ideal, mas como um sujeito que tem relação com um Ideal, como os outros que convida a se reunir em sua Escola.

Não é uma anulação do Ideal. Não há anulação do Ideal na Escola. Se houvesse uma anulação da função do Ideal, não haveria comunidade de Escola. Não há zero de Ideal, mas isto, que Lacan remete a cada um em sua solidão de sujeito, à relação que cada um mantém com o significante mestre do

Ideal sob o qual se coloca. No momento mesmo em que Lacan institui uma formação coletiva, suas primeiras palavras são para dissociar e por em primeiro plano a solidão subjetiva; porque se trata com a Escola Freudiana de Paris, de uma formação coletiva que não pretende fazer desaparecer a solidão subjetiva, mas que pelo contrário se funda nela, a manifesta, a revela. É o paradoxo da Escola.

A primeira palavra que Lacan dirige à sua Escola no momento de associar-se com companheiros, é uma interpretação. Feita para dissociar o sujeito e o significante mestre, e por isso mesmo o sujeito e o gozo que comporta sua relação ao significante mestre.

Admitiremos sem dúvida a validade da prática de interpretação no nível do grupo, agora que fiz ver que era a prática de Lacan, e nos daremos conta de que foi constante. Atrelar a IPA ao significante SAMDCA, "Sociedade de assistência mútua contra o discurso analítico", que permaneceu inesquecível para os "postlacanianos" que a povoam desde então, que outra coisa era senão interpretá-la? Quando Lacan se referia a própria estrutura da IPA e sua deriva, ao desejo de Freud, que outra coisa era senão interpretá-la? Etc.

Admitiremos esta dimensão da prática da interpretação, porém duvidaremos que possamos fundar nela uma comunidade. A interpretação está, sem dúvida, no princípio deste laço social que se chama uma análise. A Escola não é nada mais que a tentativa de estender a aplicação do princípio a uma formação coletiva mais ampla. "Porém, a interpretação tem sempre um efeito desagregativo. Se cada um é remetido à sua solidão, separado do significante mestre, como se sustentaria uma comunidade?" É o paradoxo da Escola, e sua aposta - que supõe de fato que uma comunidade seja possível entre sujeitos que sabem sobre a natureza dos semblantes, e sobre que a do Ideal, igual para todos, não é outra coisa senão uma causa para cada um experimentada no nível de sua

solidão subjetiva, como uma escolha subjetiva própria, uma escolha alienante, inclusive forçada, e que implica uma perda.

O que Lacan chama uma Escola é uma formação coletiva na qual, a princípio, cada um dos membros sabe isto. Não o sabe da forma como lhes desenvolvi, pois não a desenvolvi antes, porém sabe algo à medida que é analisado, que se analisa, que conceitualmente captou o que ensina uma análise, que cada um está só - só com o Outro do significante, só com sua fantasia, da qual "um pé está no Outro", só com seu gozo, êxtimo. A Escola é uma formação coletiva na qual se sabe a verdadeira natureza do coletivo. Não é uma coletividade sem Ideal, mas uma coletividade que sabe o que é o Ideal, e o que é a solidão subjetiva. A Escola é uma soma de solidões subjetivas, e é este o sentido de nossa fórmula, "um a um". Se pudesse modificar para meu uso o título de uma obra americana de sociologia que teve seu momento de glória, cruzando-o com o de uma célebre novela de Carson McCuller, diria: *"The School is a lonely crowd"*.

A soma das solidões supõe o um a mais. É algum? É antes de tudo "a causa freudiana", segundo a fórmula que devemos a Lacan. Freud mesmo, e seus alunos, falaram da causa. A causa freudiana é um significante puro que trata de nomear a relação que Freud tinha com este ideal que chamava "A Causa", e que compartilhou com seus alunos.

Atribui-se ao rei Henrique IV esta frase dita em batalha: "Reagrupem-se atrás do meu penacho branco". O nome próprio de Lacan tornou-se um penacho atrás do qual se agrupar. Lacan tornou-se o símbolo, o significante mestre, o significante vivo de uma relação nova com a psicanálise, de tal modo, que enunciados como "Estou com Lacan", ou "Não estou com Lacan", "Estou contra Lacan", "Odeio Lacan", serviram para numerosos sujeitos como referência para situar sua posição na psicanálise, e expressaram forças reais atuantes na psicanálise. "Não queria isto", disse Lacan,

"não queria isto, ainda mais por deixar passar estas forças". Digamos que foi para ele uma escolha, forçada porém, como são as verdadeiras escolhas. Converteu-se em seu próprio penacho. Podemos ver isto? É mais uma desdita, uma desgraça, um golpe de sorte, um destino: ou nos deixamos esmagar ou aguentamos.

Não são apenas significantes ideais os que estão em jogo. Também está a relação de Freud-sujeito com o objeto-causa, o desejo inédito que soube inspirar a outros sujeitos e que foi objeto de uma transmissão. É também a fantasia de Freud, seu gozo. O desejo de Freud, como todo desejo, só se sustenta de uma fantasia, não é um desejo puro. "A causa freudiana" é um significante ideal, susceptível de ser posto como denominador comum para uma comunidade, porém não estava menos enraizado na solidão de Freud, seu "autoerotismo".

Lacan interpretou, decantou, formalizou, o salto que há entre a causa do desejo de Freud e a causa freudiana como tal. Aplicou a lógica ao desejo de Freud para separá-lo de sua particularidade, desenraizá-lo da fantasia paterna, liberar a forma dita do desejo do analista.

Este desejo não é por isso um desejo puro. É o desejo de separar o sujeito dos significantes mestres que o coletivizam, de isolar sua diferença absoluta, de circunscrever a solidão subjetiva, e também o objeto mais de gozar que se sustenta deste vazio e o tampona ao mesmo tempo. Este é o desejo de Lacan. A Escola procede dele.

Do desejo de Freud procedeu uma comunidade que tomou a forma de uma Sociedade, a Sociedade analítica, cujo embasamento é a horda selvagem descrita em "Totem e tabu". Sociedade esta ligada a um pai que é um significante vivo, do qual, logo de sua morte, se constitui um sindicato fraterno, uma elite de irmãos, uma máfia em suma, ao redor de sua tumba. Tudo indica que o desejo de Freud foi retido na lógica edípica, na qual a existência de um universal se sustenta em sua antinomia com o "Um que não é como todos os



outros". Por isso, a relação que a mulher mantém com seu desejo lhe resta opaca.

O desejo de Lacan conduziu mais além do Édipo, e dele procede, não uma sociedade analítica, mas uma Escola. Em uma Escola não há, pelo menos a princípio, uma exceção uma, uma exceção solitária e antinômica com o conjunto, como o requer a fórmula edípica. Não há exceção mas um conjunto, ou melhor, uma série de exceções, de solidões incomparáveis umas às outras, todas são solidões estruturadas como solidões, quero dizer como sujeitos barrados, fixados a significantes mestres e habitados por uma extimidade de um mais-de-gozar particular de cada um. No marco da Escola, estas solidões são tratadas cada uma como exceção, e não são sindicalizáveis.

Neste sentido, a Escola é um conjunto logicamente inconsistente. É um conjunto de Russell, o dos catálogos que não contém a si próprios, um conjunto sem universal, "fora do Universo", no qual não vale o "para todo x". É "não-todo", o que não quer dizer que seja incompleto, que lhe falte sempre um pedaço, como se entende habitualmente. É "não-todo" no sentido em que é logicamente inconsistente, e se apresenta sob a forma de uma série na qual falta uma lei de formação. É também a razão da estrutura que faz com que o movimento lacaniano se apresente sob uma forma essencialmente dispersa; a AMP não é ela mesma, mas uma entre outras.

Não há todo da Escola. A Escola é por excelência um conjunto antitotalitário, regido pela função que Éric Laurent recordava ontem, S de A maiúscula barrada. Depreende-se disso que, paradoxalmente, o único enunciado capaz de coletivizar a Escola, é o que a afirma não ser não toda. Deduz-se ainda que instituir uma Escola, constituir as solidões na comunidade da Escola, não é nada mais que subjetivá-la.

Que quer dizer "subjetivar a Escola"?

Em um primeiro sentido, quer dizer: para cada um, um a um, adotar a Escola como um significante ideal. Porém isto implica que cada um meça o salto entre a causa particular de seu desejo e a causa freudiana como significante ideal. Isto quer dizer repetir, porém por conta própria, a interpretação de Lacan, não imitá-lo.

Em segundo lugar, subjetivar a Escola, quer dizer para cada um: ser membro da Escola na solidão de sua relação com a Escola.

Porém, em terceiro lugar, constituir esta comunidade uma não é outra coisa que fazer da própria Escola um sujeito, um sujeito barrado.

Esta é a tese que sustento em Turim: a Escola é sujeito. É somente sob essa condição que uma escola merece seu nome, que vale a pena. Não vale a pena como um conjunto de estatutos, de bens, de assembleias - que certamente são necessários. Uma Escola não merece ser fundada, que alguém se vincule a ela, a não ser sob a condição de que seja um sujeito de pleno exercício.

O que quer dizer "a Escola é um sujeito"?

Um sujeito não é uma substância coletiva. "Coma-me", "Esta é minha carne, este é meu sangue". Só alguém pôde dizer isto, e não era um sujeito, mas um Deus. Deveríamos saber o que é um sujeito, quando lemos Lacan. Ainda devemos assimilar o conceito. Até esta tarde, retrocedi em dizer: "A Escola é um sujeito".

Comecei a dizê-lo, mas timidamente, escondendo-o nas voltas de minhas frases, para ver se iam me atirar pedras, e se eu chegaria a me habituar a dizê-lo, a pensá-lo. Hoje eu o enuncio: a Escola é um sujeito. Este sujeito está determinado pelos significantes dos quais é efeito, pois isto é o que define um sujeito, mais nada. É por isto que o ato de colocar os significantes que determinam a Escola é um ato de responsabilidade absoluta, pois é um ato de interpretação, que opera sobre o sujeito pelo viés da

palavra. É também por isto que Lacan pensava que a Escola necessitava de analistas, Analista da Escola, analistas capazes de analisar a Escola como sujeito. A Escola necessita estatutos legais, talvez, sem dúvida, mas, sobretudo, necessita interpretações dela mesma como sujeito.

Quando eu estava ocupado em ir tecendo o tema da Escola como sujeito, no mês de março último, assinalava que Lacan havia posto sobre a capa da revista de sua Escola *Scilicet*, a frase seguinte: "Tu podes saber o que pensa a Escola Freudiana de Paris" e, portanto, tomava sua Escola como um sujeito de pensamento. Isto quer dizer que quem pensa é a Escola através de seus membros. Notem que a revista de Lacan era feita, não de trabalhos coletivos, mas de contribuições individuais, e este conjunto de contribuições, reunidas uma a uma, o que apresentava ao público dizendo: "Isto é o que pensa a Escola".

Aqui tem que ser hegeliano, como o próprio Lacan era, como todo ser razoável é, até certo ponto. A Escola é um momento do espírito objetivo da psicanálise. Se vocês não creem nisto, se a hipótese não lhes interessa, não entrem em uma Escola, não terão nada a fazer. Lacan no momento em que convidava sua Escola a se pronunciar com um voto sobre sua "Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola"<sup>2</sup>, escrevia que era necessário supor que o espírito da psicanálise soprasse entre os membros daquela Assembleia.

Se devermos fazer um dia uma Escola na Itália, se a Escola está em marcha entre nós, temos que supor que o espírito da psicanálise também está ali. Gostaríamos que fosse melhor, mais brilhante, mais cintilante, sensacional, mas finalmente, se o Filho do Homem nasceu em um estábulo, o espírito da psicanálise bem pode soprar em Turim esta tarde.

O espírito? Em psicanálise o espírito é o "Witz". Falar do espírito da psicanálise é um chiste. O espírito da psicanálise não é outra coisa que o sujeito suposto saber, e se trata de instituir o lugar a partir do qual se inscreve

como efeito. Trata-se de que a determinação significativa da Escola, suas organizações simbólicas complexas, seus estatutos, suas publicações, tenham como efeito instituir a Escola como sujeito suposto saber. É este sujeito mesmo que interrogamos e instituímos cada vez que fazemos uma Assembleia votar e recolhemos sua resposta como um oráculo, formada pelo voto secreto de cada um. Sem examinar as entranhas dos animais, mas pedindo que cada um ponha alguns símbolos em um papel que se depositará na urna. A resposta institui a Escola como sujeito. A democracia direta não é uma prática anarquista - nos fatos, sempre há entre os anarquistas um chefe da horda que está ali, e se tem que andar na linha - a democracia direta é o dispositivo significativo necessário para subjetivar a Escola, para fazer dela um sujeito suposto saber, tecido de nossas solidões, que pensa e que responde.

A Escola-sujeito quer dizer que a Escola é uma experiência inaugural, no sentido da experiência analítica. A Escola é inaugural na medida em que ela inaugura um novo sujeito suposto saber, e que sua história é uma série de fenômenos analisáveis.

Em uma Escola, tudo é da ordem do analítico. É um axioma, a condição para que uma Escola seja interessante. Como gasto a sola de meus sapatos nela, desde que fui aspirado para dentro dela, aspirado pelo aspirador Lacan, posso lhes dizer: é também uma verdade de experiência. Baudelaire dizia que em Balzac até as porteiras eram geniais. Na Escola, também, não há nada que não tenha o gênio psicanalítico, que não participe do espírito da psicanálise, certamente que pode ser a título de se defender dele, de reprimi-lo, de negá-lo.

Compreendemos a dificuldade de dar a uma Escola estatutos legais, que assegurem a interface da Escola com o Estado. São dois regimes logicamente distintos, o primeiro responde à lógica dita do não-todo, o segundo à lógica

universal. Portanto, entre sujeitos que respondem a lógicas diferentes não há relação, nem diálogo possível. Falam-se, porém não é um diálogo, é um mal-entendido.

Eu disse ontem que a Escola deve preservar sua inconsistência como seu bem mais precioso, seu *agalma*. Nisto é uma sociedade secreta, invisível ao Estado, como o analista mesmo é inexistente aos olhos da lei. Não se trata de uma clandestinidade rebuscada, de conspiração, mas do efeito da estrutura lógica de seu sujeito suposto saber. A Escola é por si mesma a carta roubada, impossível de ser encontrada pela polícia, esta polícia que, segundo Hegel, constitui toda a essência do Estado. Certamente, para dar um lugar à emergência de seu sujeito suposto saber, a Escola constitui uma associação legal, porém ela não lhe é idêntica.

Esta associação deve, portanto, responder a leis, quer dizer a enunciados que valem para todo *x*. Massimo Recalcati fala muito bem da desumanidade da lei em seu trabalho para este Congresso, na página 136. A lei desumana é toda lei, a lei é desumana por estrutura, pois deixa de lado o particular, e se há juízes é para humanizá-la.

Um colega nos ameaça com a força da lei, nos recorda que a lei vale para todos, que não há exceções para os psicanalistas. Ele queria que a lei viesse para por rédeas no supereu do grupo analítico. Não sabe que a voz que diz "não há exceção para os psicanalistas" é a mesma do supereu?

O supereu, seu excesso, sua maldade, está então do nosso lado? Este colega acreditou ter detectado em nós uma vontade de lhe fazer mal, de prejudicá-lo, uma vontade caprichosa, arbitrária, autoritária, e quis nos por sob o jugo do Nome-do-Pai, para nos civilizar, proteger-se de nós. É a pura lógica do Édipo: opor a lei que vale para todos, o efeito pacificador do Nome-do-Pai, ao desejo caprichoso da mãe do qual se originaria o supereu. Porém, entre nós, interpretamos Kant com Sade, e sabemos que o Nome-do-Pai não

é senão uma máscara do supereu, que o universal está a serviço da vontade de gozo. Aprendemos isso mais ainda se recordamos o que inspira Kant, o paranóico genial, Jean-Jacques Rousseau: a bela fantasia da vontade geral não esperou muito tempo para revelar uma voracidade, uma ferocidade sem limite.

A religião não se confunde com o direito, pois conhece um para além da lei, que é o amor, e que põe o sujeito nesta posição que Manzetti nos lembra que era a de Antígona, na página 102 do volume deste Congresso. A resposta de Antígona é a que soubemos dar ontem à tarde. Quem se localiza para além do Édipo, se dá conta, como ensina Lacan, de que o Nome-do-Pai e o supereu são as duas caras do mesmo, que a lei como universal é estruturalmente desumana, que o supereu emite o "para todos". A lei, enquanto supõe que ninguém pode ignorá-la, implica a existência de um sujeito suposto *todo* saber. O sujeito do direito como sujeito de todo saber desaparece como sujeito barrado, fica impessoal e torna-se o "se" do supereu. Aquele que sonha em nos colocar perante a lei não logra dissimular sua alegria malsã frente à ideia de reduzir o sujeito suposto saber da Escola em formação pelos meios do direito. O que existe como lei no inconsciente, e que funciona no Nome-do-Pai, ainda que na verdade seja a do supereu, é a lei fálica: "para todo  $x$ ,  $x$  fálico". Por isto a mulher é o impensável do inconsciente, e não saberíamos pensar a mulher sem interpretar o inconsciente. A lei fálica determina o que Freud chamava o horror à feminidade.

A lei moral de Kant se instaura por recusar "o patológico", quer dizer o sentimento de prazer e da dor. É que não quer conhecer nenhuma particularidade, nenhuma circunstância, nenhum detalhe. Este "não querer conhecer" não é o do recalque, mas o da forclusão: há uma paranóia da lei, um gozo paranóico de falar em seu nome, é por isto que não existe só a lei, mas os juizes, que são os intérpretes, os terapeutas. Há também um sadismo da lei, a lei faz

sofrer, é por isso que existe o juiz para humanizá-la.

Um mundo sem juizes, no qual a lei não teria intérprete, no qual a desumanidade universalizante da lei se aplicaria sem mediação ao particular, não seria um mundo de Kant, mas um mundo de Kafka. Os que escutaram Mauricio Mazzotti, esta noite na Assembleia ordinária, vislumbraram a estratificação da lei, assinalada neste Congresso por Éric Laurent, de sua complicação, de seu caráter labiríntico, da quantidade de apresentações que devem fazer diante de seus peritos, que concordam, que discordam. Em uma palavra, impossível reduzir pelo "para todo x" o impossível da relação sexual. A fórmula fulgurante de Focchi, página 70, o resume com respeito aos Estados Unidos.

Ontem à tarde foi um grande momento. Vimos a Escola em formação recusar o enfrentamento que lhe propunha B\*, para interpretar o discurso deste. É o de um colega que, após ter compartilhado conosco os avatares de uma longa gestação que se estende por mais de vinte anos, hoje retrocede frente à instauração da Escola, de seu novo sujeito suposto saber, e elege permanecer no reino do Pai. O debate é entre o saudável "para todo x" da lei e o Um solitário, o Um de exceção que seria Jacques-Alain Miller? Jacques-Alain Miller não é solitário, é um "ao menos um" que dá testemunho de sua diferença, e que não economiza esforços para que haja outros que o façam. E é porque há outros que uma Escola é possível. O lugar de enunciação que ocupa Jacques-Alain Miller não comporta a exclusividade; comporta que outros o ocupem igualmente, devem ocupá-lo, ocupá-lo efetivamente. Como disse Spinoza: "faz parte da minha felicidade que outros compreendam o que eu compreendi", de Lacan, da psicanálise, da Escola, e em particular da eminência deste lugar a partir do qual a Escola é interpretável, e de onde se espera seus analistas.

Vimos ontem à tarde emergir em nossa experiência de Escola a função do tempo lógico. O momento de concluir não

havia chegado, e Mazzotti, que soube assumir por nós “o passo atrás” necessário de tomar para resistir à sugestão agressiva induzida pelo discurso de B\*, merece que lhe rendamos homenagem aqui. Não busquemos mais longe o tema de nosso próximo Congresso: “O momento de concluir”.

É o título de um dos últimos seminários de Lacan. Estudemos o momento de concluir na sessão, e no tratamento, sua lógica, a dialética que mantém com o instante de ver e o tempo para compreender, a relação do tempo lógico e da duração. Não posso fazer nada melhor aqui do que citar Focchi, página 68 do volume, quando evoca o modo singular com que cada um responde à inexistência da relação sexual: “Sabemos bem os tempos de espera, as acelerações, as surpresas, as fugas, as demoras, os lampejos repentinos que intervêm quando, na experiência psicanalítica, nos colocamos nos rastros desta singularidade”. Isto é o que dá o *a*, marca o *tempo*, constitui o programa de nossa próxima reunião chamada científica.

Veremos se, no lapso que nos separa dela, se condensará uma transferência de massa suficiente em direção à Escola para que uma última urgência nos force finalmente a declarar intuída entre nós a *Scuola* como sujeito suposto saber.

*Tradução: Heloisa Caldas*

---

<sup>1</sup>Intervenção no 1º Congresso Científico da *Scuola Lacaniana di Psicoanalisi* (em formação), em 21 de maio de 2000, cujo tema foi: “As patologias das leis e das normas”. Texto publicado em *AMP: Atisbos do Congresso de Buenos Aires*. Buenos Aires: AMP, 2000, pp. 37-44, e também em *Latusa*, revista da EBP-Rio, n. 6, Rio de Janeiro: EBP-RIO, 2001, pp.217-232.

<sup>2</sup> Lacan, J. (1967/2003) Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., pp.248-264.